

POLÍCIA, LADRÃO E “A REPÚBLICA”: ESTUDO DE CASOS DE VIOLÊNCIA EM NOTAS DE JORNAL NA CIDADE DO NATAL EM TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX.

Ildegarde Elouise Alves

UFRN - Departamento de História

ildegarde_elouise@hotmail.com

Ágda Priscila da Silva

UFRN - Departamento de História

agda_priscila_s@hotmail.com

Introdução

Neste trabalho, temos por objetivo analisar os casos de violência, publicados nas notas do jornal “A República”, no período de 1890 a 1915, período este que se caracteriza pela mudança de regime político: a transição do regime imperial para o republicano. Uma característica que marca a sociedade natalense nesse período - não diferente de outras sociedades na mesma temporalidade - é o ideal de progresso, no qual a sociedade se pretendia moderna e civilizada, principalmente por parte de uma elite urbana, composta por comerciantes, estudiosos e influentes políticos da cidade. Natal inaugurava sua *Belle Époque* e, para tal, adotou e passou a efetivar uma série de projetos nos âmbitos da higiene, arquitetura, urbanismo, educação e segurança, com o intuito de modernizar e civilizar a cidade, ainda tão provinciana. Os casos de violência passaram então a representar um empecilho na realização desses projetos, um atraso ao tão desejado progresso. Analisaremos assim, os casos de violência, buscando perceber, a partir da análise desse objeto, como estes casos eram vistos e representados nessas notas, de forma a perceber como os eventos contrariavam os ideais dessa elite e o projeto de modernização da cidade.

O uso do jornal como documento histórico: algumas considerações.

Segundo Julio Aróstegui, as fontes históricas seriam, em princípio, “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através da qual se pode inferir algo acerca de uma dada determinada situação social no tempo” (ARÓSTEGUI, 2006:481). Tal definição

demonstra quão ampliado é o conceito de fonte, trazendo uma série de possibilidades para a pesquisa histórica. O mesmo autor ressalta ainda que “Uma fonte histórica é fonte 'para' alguma história; mas uma fonte, indubitavelmente, pode conter informações para vários problemas ou pode ser interpretada de diversas formas” (ARÓSTEGUI, 2006:491). É nessa perspectiva que trataremos a documentação presente nesse artigo, assim como a interpretação do referido autor sobre a análise documental, onde afirma que esta

poderia ser definida como o conjunto de princípios e operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico. A crítica, pois, não se esgota na depuração dos dados; esta é antes um primeiro passo para aquela. [...] Cada tipo de pesquisa requer suas fontes e, portanto, sua crítica.(ARÓSTEGUI, 2006: 508)

Neste artigo, o conjunto documental escolhido para análise foi o Jornal “A República”, criado por Pedro Velho em 1889, se tornando o órgão oficial do partido republicano do estado. Antes de realizarmos a análise proposta, realizaremos algumas considerações sobre o jornal como fonte histórica, bem como os cuidados que devem ser tomados nas análises. E um breve histórico quanto ao percurso do uso de fontes impressas no trabalho historiográfico a partir do trabalho de Tania Regina de Luca.

O uso da imprensa como fonte histórica era pouco comum no Brasil, até a década de 1970. Na realidade, foram considerados inadequados para o trabalho da escrita da história durante muitos anos, concepção motivada devido a falta de impessoalidade e neutralidade diante de determinadas questões e acontecimentos. Porém, a partir de 1930, a escola dos Annales critica essa concepção para o não uso do jornal como fonte. Já em fins do século XX, iniciaram-se as alterações na prática historiográfica, com a contribuição da terceira geração da escola dos Annales. A história ganhava agora, “novos objetos, problemas e abordagens” (LUCA, 2005:112), e passou-se a perceber as fronteiras da disciplina histórica e as amplas possibilidades que a interdisciplinaridade pode oferecer para a produção historiográfica. Outro fato importante que Luca expressa foi a renovação temática. Os historiadores passaram a se interessar por âmbitos antes inexplorados, valorizando a importância dos elementos

culturais para a construção da história, assim como realizar uma história a partir do outro lado, uma “história dos vencidos, a história vista de baixo” (LUCA, 2005:113).

Atualmente, as mudanças estão na ascensão da história imediata e o “retorno” (LUCA, 2005:114) da história política “vítima de significativo ostracismo durante grande parte do século XX” (LUCA, 2005:114). Neste quadro de constantes mudanças, a imprensa tem papel fundamental como fonte histórica, se esta possuir alguma contribuição para a pesquisa a ser realizada e se o historiador/pesquisador realizar um bom trabalho metodológico ao utilizá-la como objeto da pesquisa histórica.

Durante a Primeira República em Natal, é o jornal “A Republica”, dirigido sempre por representantes do poder político local, que irá divulgar tanto as questões oficiais do governo em exercício, quanto informações sobre cotidiano da cidade em suas colunas. Nas leituras que se seguem, tentaremos entender como esse periódico, na tentativa de consolidar novos valores presentes no novo momento político, busca educar a população aos novos ideais, por meio de notas sobre a violência na cidade do Natal do período de 1890 a 1915 sobre o cidadão que não se deveria ser.

Polícia, ladrão e “A República”: A polícia e os casos de violência nas notas do jornal

Neste artigo, estudaremos os casos policiais, assim como a intervenção da polícia, que constituíam aliados do projeto civilizador que, com suas ações em prol do ideal do progresso encabeçado pela elite, interferiam diretamente na vida das classes populares. No livro “História da cidade do Natal”, Cascudo apresenta fatos importantes sobre a história da polícia no Estado, de sua ação e das mudanças na instituição no decorrer dos séculos, desencadeadas a partir de mudanças políticas.

Foi, a partir da instauração da República que, no Rio Grande do Norte iniciaram-se inúmeras modificações e inovações no âmbito policial, com um progresso em gênero, número e pessoas, segundo Wanderley. Na produção de Cascudo, podemos perceber como era visto o policial e sua função para a sociedade aos olhos da elite natalense, da qual o autor faz parte. Quanto ao assunto, o autor afirma que a Força Pública,

no título constitucional e genérico mantém as características de um corpo militar, onde as tradições mais vivas de valentia,

fidelidade e disciplina são constituintes psicológicos. Com centenas de episódios emocionais de coragem e resistência, palmilhando a Província e o Estado nas alpercatas das patrulhas espalhadas nas diligências em fim, conserva a história bonita e vivida de um lema cada vez mais raro e cada vez mais difícil: Forte e Fiel. (CASCUDO, 1999:348)

Noutro trecho, percebemos o esforço dos empreendedores do projeto de modernização, sendo inseridos nos âmbitos que consideravam importantes para o sucesso do ideal, exercendo cargos superiores, dos quais, providenciariam as medidas necessárias para tornar um estado ainda tão provinciano, num lugar civilizado, onde somente o progresso reinaria. Neste caso, especificamente, o âmbito da segurança.

O primeiro chefe de polícia na República foi o dr. Jerônimo Américo Raposo da Câmara, juiz de direito. Manteve-se o costume do magistrado dirigir a polícia. Depois a exigência se fixou na classe dos bacharéis em direito, durante toda a Primeira República, de 1889 até o ano de 1930. (CASCUDO, 1999:349)

Percebe-se a facilidade e as movimentações da elite para guiarem uma sociedade ainda “tacanha” rumo ao desenvolvimento e ao progresso. A função da polícia era não permitir que “vadios, ladrões, gatunos, falsários, furtadores” (Wanderley, 1969:366) de alimentos e qualquer outro individuo que agisse de má fé e contra a ordem social e urbana. Também era dever da polícia intervir em casos como assassinato, abandono de incapaz, crimes contra a ordem (impedimento de festas na Ribeira e carnaval, como exemplo).

A transição do regime monárquico para o republicano teve forte impacto na sociedade natalense, mais precisamente sobre a elite local, formada por comerciantes, intelectuais, político e, nesse primeiro momento, a indivíduos ligados a oligarquia Albuquerque Maranhão. Raimundo Arrais analisa esse momento da seguinte maneira,

a instituição do regime republicano, se não modificou a cultura política que vigorou no sistema monárquico, pelo menos introduziu entre as elites potiguares um desejo de reorganizar a cidade, enchendo-as de uma energia nova que permitiu projetar

e em grande medida realizar mudanças importantes em alguns domínios. Elas estavam tão imbuídas nas crença de que estavam vivendo em uma nova era que formularam e difundiram uma visão do passado monárquico com um tempo de paralisia para o Rio Grande do Norte, e a República, como um tempo de despertar do progresso.” (ARRAIS, et al, 2008:27)

Nas tentativas de disciplinarização da população, a polícia passa a ter um papel central, pois seria o responsável imediato pela manutenção da ordem. No caso natalense, “A República” passa a publicar os boletins policiais a partir de 1890, não deixando tal hábito ao longo de várias décadas. No recorte temporal escolhido, percebemos algumas características interessantes da forma de apresentar os casos de violência que rondavam a cidade. Percebemos que do período de 1890 a 1897, os boletins sobre os atos policiais são publicados regularmente, mais os casos que ganham mais destaque são aqueles que de forma ou de outra, prejudicam a imagem do sistema republicano, como focos de resistência monarquistas.

Na pesquisa, encontramos casos variados, como crimes contra a ordem pública, furtos, depredação do patrimônio público, brigas de vizinhos, assassinatos, gatunagens, defloramento de menores, dentre outros. Dentre os vários casos, selecionamos alguns para aqui descrever, afim de que se possa perceber como a polícia agia nestes acontecimentos e principalmente como o jornal servia como voz da sociedade para chamar a atenção da polícia para os casos de espancamento, jogatina e imoralidade do carnaval entre outros, que a sociedade mais censurava.

Um dos primeiros casos que vale salientar aqui é um caso “**A malta desordeira da Macahyba**” acontecido na cidade de Macaíba, em que um bando, denominado pelo jornal como desordeiros, ameaçaram a eleição em Macaíba e quando o cap. Manoel Joaquim Teixeira de Moura foi telegrafar para comunicar o que ocorria, o grupo foi em seu encalço, lutando com uma senhora que tentou impedir-lhes a entrada no recinto onde o Manoel telegrafava ao chefe de polícia. Apareceram homens em socorro da mulher e o bando pôr-se a correr, ao chegarem em sua localidade, encontram o oficial que garantiria a ordem. Caso ocorrido em setembro de 1890, publicado na República em 1º/10/1890. Outro caso de destaque é a “**gatunagem de crianças**” de crianças entre 8 a 15 anos de idade, foram presas na cidade pelo subdelegado da capital, Raymundo

Filgueira, e detidas numa cadeia juntamente com outros presos, havendo as mesmas cometido furtos a diversas casas e comércios da capital. Caso ocorrido em setembro de 1898. Na matéria **“Pequeno gatuno”**, Manoel Ambrosio Quirino de Melo, 15 anos de idade, preso por portar uma nota de 500\$000, dizendo este em depoimento que a nota havia lhe sido dada por um passageiro que a furtou e ficou com medo de ser pego, o que mais tarde confessou ser mentira, alegando que roubou de um passageiro do paquete nacional S. Salvador, que se destinava ao Sul. Caso ocorrido em janeiro de 1899. O último caso que vamos destacar é a nota do jornal **“Carnaval extemporâneo e... imoral”** nesta nota o jornal reclama do grupo dos “negros melados” que saem no carnaval a sujar os outros com ovos e farinha de maisena, seminus. A atentarem contra a ordem e a moral da cidade e pedem para a polícia tomar as devidas providencias para assegurar a decência nas ruas da cidade. Caso ocorrido em fevereiro de 1899.

Conclusão

A partir do que apresentamos aqui, podemos notar como o jornal pode servir como objeto de estudo, a fim de investigar as relações e os processos pelo qual determinada sociedade é submetida, uma vez que o jornal contém informações sobre as mudanças com a modernidade e

os artefatos que compunham a modernidade [...], a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as ‘classes perigosas’ a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas. (LUCA, 2005: 120)

Os historiadores perceberam que podem buscar respostas na imprensa periódica e que este pode ser utilizada como fonte histórica de pesquisa. No caso do Rio Grande do Norte, o jornal “A República” é a fonte para estudarmos as mudanças ocorridas em Natal durante este processo de “modernização” pelo qual a capital potiguar passou nas primeiras décadas após a instauração da República no Brasil. A partir do estudo dos casos de violência nas notas deste

jornal, percebemos o esforço da elite natalense em civilizar-se e civilizar a cidade, tanto o espaço urbano, como principalmente a população. Numa sociedade composta por pessoas civilizadas não poderiam existir incidentes que eram dignos de uma “população selvagem”. Assim pensavam as elites, por isso a importância da ação policial intervindo nos casos, que jamais deveriam ocorrer e quando ocorriam eram considerados escândalos, interferindo no cotidiano das pessoas não pertencentes a elite e que não compartilhavam o mesmo ideal de progresso e civilidade. Os casos de violência, desordem, crimes e “imoralidades” representavam uma ameaça ao projeto empreendido por esta elite que, através do jornal, demonstrava seu descontentamento com as ocorrências e solicitava da polícia as devidas providências a serem tomadas para que casos que desabonassem a sociedade e ameaçassem o progresso não se repetissem.

Bibliografia

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1990 e 1930*. Natal: EDUFURN, 2008.

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

A REPÚBLICA. Natal – Rio Grande Do Norte, 1890 – 1915.

CASCUDO, Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: IHG/RN, 1999.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1956.

FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George (org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: EDUFURN, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GURGEL, Tarcísio. *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras potiguar*. Natal: Ed. do Autor, 2009.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal Também Civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense (1900-1930)* (dissertação – mestrado). Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.doselect_action=&co_autor=54884>. Acesso em 20 de jun de 2010.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Senado Federal, 1989.

WANDERLEY, Rômulo C. *História do Batalhão de Segurança* (A Polícia Militar do RN, de 1834 a 1968). Natal-RN: Edições Walter Pereira S/A, 1969.